

## As condições sociais básicas das famílias chefiadas por mulheres

Solange Sanches\*

**A** proposta que anima este artigo é a de desenvolver uma reflexão sobre alguns indicadores das condições de vida das famílias em que as mulheres ocupam o papel de principal provedora.

Já existe um largo consenso em torno da idéia de que relações desiguais são engendradas em diferentes espaços da vida social e se reproduzem, de forma coerente, por praticamente todos. A desigualdade constitui-se em relações sociais marcadas pelo preconceito e pela discriminação, que influenciam desde as noções mais amplas de concepção da organização da sociedade, no planejamento e na implementação de políticas, nas decisões dos atores sociais, no cotidiano do trabalho e da família. Se assim não fosse, a desigualdade não seria um fenômeno tão persistente. Esta é uma noção importante, pois reforça a convicção de que sua erradicação demanda uma luta de muitas frentes para cada uma das formas de discriminação que se busca eliminar.

O pressuposto básico desta nossa primeira aproximação ao tema é o de que a desigualdade que afeta as mulheres no mercado de trabalho é reproduzida nos termos da qualidade de vida de suas famílias. E, muito especialmente, naquelas em que as mulheres ocupam a posição de chefa do domicílio.

Existe hoje uma discussão envolvendo o próprio conceito de chefa de domicílio, uma vez que, em sua origem, está a noção de provedor e chefe da família, calcada na figura masculina. Esse questionamento baseia-se nas mudanças ocorridas na sociedade, na organização familiar e na própria legislação.

A maioria dessas transformações está diretamente vinculada ao papel que as mulheres passaram a desempenhar, a partir do seu trabalho remunerado, no orçamento doméstico e, parcialmente, está se refletindo em formas juridicamente mais eqüitativas na afirmação da responsabilidade familiar e em papéis mais igualitários na organização das famílias. Vistas pelo seu aspecto negativo, essas mudanças estão também relacionadas ao empobrecimento das famílias, às perdas de rendimentos e de empregos, que levam o núcleo familiar a se utilizar de todas as alternativas disponíveis para assegurar sua sobrevivência e condições mais apropriadas de vida.

No entanto, é também um fenômeno recente a proporção de mulheres que assumem o papel de provedoras de seus lares. Em 1999, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, 26% dos lares do País eram chefiados por mulheres. Embora mais da metade (55,0%) das famílias brasileiras se constituam por casais com filhos, outras 17,1% do total são formadas por mulheres sem cônjuge e com filhos. Torna-se, portanto, indispensável refletir sobre as reais condições dessas famílias dada a dimensão da responsabilidade das mulheres na sua sobrevivência.

Ainda se sabe que, na composição da renda familiar, os rendimentos do chefe do domicílio, homem ou mulher, respondem por mais de dois terços do total, ou seja, são uma referência fundamental na avaliação da qualidade de vida desses núcleos.

Neste artigo, as informações utilizadas são aquelas produzidas pelas Pesquisas de Emprego e Desemprego, realizadas pelo convênio DIEESE, SEADE e MTE/FAT, em parceria com governos e instituições regionais nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Salvador e no Distrito Federal.<sup>1</sup> Os dados do Distrito Federal não se encontravam disponíveis no momento da elaboração deste estudo.

\* Socióloga, Coordenadora de Pesquisas do DIEESE.

<sup>1</sup> Os convênios regionais são: Porto Alegre — FEE, FGTAS-RS/SINE-RS e apoio PMPA; São Paulo — DIEESE/SEADE; Recife — STAS/SPCT-PE; Belo Horizonte — CEI/FJP/SETAS/SINE-MG; Salvador — SEI/SETRAS/UFBA; e Distrito Federal — STb/GDF.

Nessas regiões, o percentual de mulheres na chefia dos domicílios guarda proporções semelhantes ao conjunto do País, apresentando, no entanto, números mais elevados, com exceção da Região Metropolitana de São Paulo (Tabela 1). Em Porto Alegre e em Belo Horizonte, esses percentuais se situam um pouco acima da média nacional, enquanto nas Regiões Metropolitanas de Recife e de Salvador estão ao redor dos 30%. Acompanhando a tendência recente, há um ligeiro crescimento na proporção de domicílios chefiados por mulheres em todas as regiões, entre os anos de 1999 e 2000.

Os lares chefiados por mulheres possuem renda familiar inferior àqueles onde os homens ocupam essa posição. Em todas as regiões metropolitanas pesquisadas, a renda familiar nos domicílios chefiados por mulheres representa entre 58,7%, no caso de Porto Alegre, até 67,4%, na região de Salvador, da renda familiar existente nas residências chefiadas por homens, em 2000.

Os valores monetários explicitam mais claramente as diferenças e fornecem, também, uma indicação do patamar de rendimentos dessas famílias. A Região Metropolitana de São Paulo detém os maiores rendimentos familiares: R\$ 1.553,00, em média, para as famílias chefiadas por homens e R\$ 944,00 naquelas com chefes do sexo feminino. A diferença situa-se, dessa forma, em 60,8%. A Região Metropolitana de Porto Alegre aparece em segundo posto, com R\$ 1.366,00, para as famílias com chefe homem e R\$ 802,00 nas que o chefe é mulher. Está em Porto Alegre, no entanto, a maior diferença entre todas as regiões em 2000.

As Regiões Metropolitanas do Nordeste, Recife e Salvador, revelam, mais uma vez, a desigualdade regional na distribuição de renda. Salvador aparece em quarto lugar, com patamares de rendimento de R\$ 1.040,00 nas famílias chefiadas por homens e de apenas R\$ 701,00 nas com chefe mulher, valores inferiores às famílias de Belo Horizonte. Os menores rendimentos familiares estão em Recife: R\$ 874,00 para os domicílios chefiados por homens e R\$ 548,00 para aqueles com chefes mulheres. No entanto, nessas duas regiões, a diferença é menor do que nas outras, situando-se em 62,7% em Salvador e em 67,4% em Recife.

A desigualdade de rendimentos entre os sexos, já verificada para o mercado de trabalho em seu conjunto, reproduz-se, assim, na renda familiar. De fato, a diferença guarda proporções semelhantes, uma vez que o diferencial entre os rendimentos de homens e de mulheres se situa em torno de 60%, quando considerados seus proventos individuais.

O comportamento da renda familiar nos anos de 1999 e 2000 mostra perda do poder de compra na quase-totalidade das regiões metropolitanas estudadas, independentemente do sexo do chefe. Embora o ano 2000 tenha significado um momento de melhor desempenho do nível de ocupação para o conjunto da economia brasileira, esse elemento positivo não chegou a ter impactos sobre a remuneração, que apresentou, também para o conjunto, um comportamento desfavorável.

O desempenho individual das remunerações não pode ser transferido de forma automática para a renda familiar, pois esta apresenta outros condicionantes, em especial, o número de pessoas com rendimentos em cada família. No entanto, a tendência geral dos salários e dos rendimentos tem influência direta sobre a composição dessa renda.

Entre as regiões pesquisadas, predomina a queda do valor real do rendimento familiar no ano 2000. Há retrações expressivas em Recife, onde a renda familiar diminuiu 5,0% nas famílias chefiadas por homens e 10,0% naquelas chefiadas por mulheres, e em São Paulo, em que a queda foi de 3,9% para as famílias com chefe homem e de 5,1% nas em que o chefe é mulher. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, também a perda é maior para as famílias chefiadas por mulheres (-1,9%) em comparação com aquelas chefiadas por homens (queda de 1,2%).

Dois regiões apresentam comportamento diferenciado: Porto Alegre mostra crescimento de 1,9% na renda familiar dos domicílios chefiados por homens e relativa estabilidade (-0,2%) naqueles chefiados por mulheres. Em Salvador, a renda familiar mostra elevação de 1,4% e de 0,7% nos lares chefiados por homens e mulheres respectivamente.

Portanto, esses dados evidenciam uma dura realidade. Nas situações mais favoráveis, em que a renda familiar cresce, esse aumento é menor ou inexistente nas famílias chefiadas por mulheres. Quando os resultados são negativos, a diminuição do rendimento familiar é mais intensamente sentida nos lares com chefia das mulheres.

O poder aquisitivo das famílias tem relação, de forma indireta, com o comportamento dos rendimentos do mercado de trabalho, mas está fundamentalmente relacionado à taxa de desemprego e, especialmente, ao desemprego dos chefes, em razão de seu papel basilar na composição da renda familiar. Altas taxas de desemprego entre os chefes significam dificuldades crescentes para as famílias e achatamento da renda familiar.

As maiores taxas de desemprego encontram-se entre as mulheres chefes de família. Ao lado da menor remuneração das mulheres no trabalho, essas taxas mais elevadas compõem também o quadro da renda familiar sempre inferior encontrada nesses lares, quando comparados aos lares chefiados por homens.

Nas regiões metropolitanas pesquisadas pela PED, as taxas de desemprego entre as mulheres chefes de domicílio superam as dos homens em vários pontos percentuais, tanto em 1999 como em 2000 (Tabela 4). Ou seja, na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, enquanto a taxa de desemprego atingia 9,7% entre os chefes homens, alcançava 12,6% entre as mulheres na mesma posição na família. Em Salvador, estava em 15,9% para os chefes homens, mas em 19,0% para as chefes mulheres. O mesmo comportamento repetiu-se em todas as outras regiões.

Mesmo sendo a contribuição mais relevante na composição da renda das famílias, os ganhos dos chefes de domicílio fazem parte, com frequência, de um conjunto de rendimentos que, aportados por cônjuges, filhos e outros integrantes dos domicílios, compõem o total da renda disponível nos lares.

É assim que a renda familiar varia em função tanto do número de pessoas com renda no domicílio como do montante aportado por cada um. As famílias, porém, são compostas por indivíduos que estão no mercado de trabalho, ocupados ou desempregados, ou que recebem benefícios na forma de aposentadorias, pensões ou auxílios por invalidez, por exemplo, e por outros indivíduos como crianças, idosos sem benefícios previdenciários, jovens estudantes.

Portanto, para avaliar, de forma precisa de quanto dispõem as famílias para o seu sustento, é necessário verificar a renda *per capita*, considerando-se, assim, as diferenças na composição familiar e na situação ocupacional de seus membros. A renda *per capita* indica o patamar efetivo de renda das famílias.

A renda familiar *per capita*, segundo seu valor real, apresenta a mesma classificação da renda familiar total nas regiões metropolitanas. Nas primeiras posições, encontram-se novamente as áreas metropolitanas das Regiões Sul e Sudeste (São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte), seguidas por Salvador e Recife. Entre as regiões, para ambos os chefes, as diferenças na renda *per capita* atingem, por vezes, o dobro do valor. É assim que, nas famílias chefiadas por mulheres, a renda por pessoa é de R\$ 163,00 na Região Metropolitana de Recife, enquanto em São Paulo está em R\$ 343,00 no ano 2000. Essa disparidade regional evidencia, mais uma vez, a precariedade da condição de vida das famílias nas regiões menos desenvolvidas do País.

Nas famílias chefiadas por mulheres, a renda por pessoa significa cerca de 80% do que dispõem os membros das famílias com chefes do sexo masculino, em todas as regiões metropolitanas verificadas (Tabela 5). A relação mais favorável é observada na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde a renda *per capita* nas famílias chefiadas por mulheres equivale a 81,1% da existente nas famílias onde o homem está na chefia do domicílio.

Entre os anos de 1999 e 2000, verifica-se, de forma coerente com as outras informações sobre rendimentos já apresentadas, que houve perda do poder aquisitivo no conjunto das regiões, excetuadas, mais uma vez, as áreas de Salvador e Porto Alegre, que mostram algum crescimento. No entanto, o crescimento é menor na renda *per capita* das famílias chefiadas por mulheres na Região Metropolitana de Porto Alegre, assim como a perda de poder de compra *per capita* é maior nas regiões onde este decaiu.

A diferenciação aumenta entre os dois períodos analisados, ou seja, amplia-se a relação desfavorável no rendimento familiar *per capita* para as famílias em que a chefia do domicílio é feminina.

Esse conjunto preliminar de informações permite algumas conclusões e suscita muitas perguntas.

Em primeiro lugar, mostra a posição mais precária, em termos de condições de vida, dos membros das famílias chefiadas por mulheres, tanto em razão de sua renda menor como pela maior incidência de desemprego que atinge as chefes desses lares. Ainda demonstra como a desigualdade que caracteriza a inserção das mulheres no mercado de trabalho se transfere para suas famílias, resultando em patamares de renda menores para cada um de seus membros.

O esforço de sobrevivência e a busca por melhores condições de vida que as famílias empreendem lançam outras questões: como se organizam esses lares para obter sua renda, que significado tem esse esforço em termos do número de pessoas que buscam o mercado de trabalho e quais suas conseqüências para a formação educacional de crianças e jovens? Quais são as parcelas da renda familiar aportadas pelas mulheres, chefes do domicílio ou não? São questões que a riqueza de informações contida nas Pesquisas de Emprego e Desemprego certamente nos ajudará a responder e que outras pesquisas poderiam contemplar.

Muitas dessas respostas permitiriam compreender melhor a extrema desigualdade que o Brasil carrega, sem revertê-la, para nosso espanto e vergonha.

Algumas dessas conclusões podem já fornecer subsídios importantes para o trabalho de retirar de nosso cotidiano todas as formas de discriminação e preconceito e construir uma sociedade justa, com respeito ao trabalho e com igualdade para todos.

## Bibliografia

PESQUISA de condições de vida na região metropolitana de São Paulo 1994 e 1998. São Paulo: SEADE, [199-?]. Várias edições.

PESQUISA de orçamentos familiares 1994-95: relatório final. São Paulo: DIEESE, [199-?]. (mimeo)

PESQUISA de padrão de vida e emprego 1982-83: principais resultados. São Paulo: DIEESE, [19—?]. (mimeo)

**Tabela 1****Distribuição da chefia do domicílio, segundo o sexo, nas regiões metropolitanas — 1999-00**

REGIÕES METROPOLITANAS	(%)			
	1999		2000	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
São Paulo .....	76,8	23,2	76,3	23,7
Porto Alegre .....	75,5	24,5	73,3	26,7
Belo Horizonte .....	73,6	26,4	73,3	26,7
Recife .....	71,5	28,5	70,8	29,2
Salvador .....	69,8	30,2	68,8	31,2

FONTE: PED-DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais.

**Tabela 2****Renda familiar média, segundo o sexo do chefe do domicílio, nas regiões metropolitanas —1999-00**

REGIÕES METROPOLITANAS	1999			2000		
	Homens	Mulheres	B/A	Homens	Mulheres	B/A
	(A)(1)	(B)(1)	(%)	(A)(1)	(B)(1)	(%)
São Paulo.....	1 616	995	61,6	1 553	944	60,8
Porto Alegre.....	1 341	804	60,0	1 366	802	58,7
Belo Horizonte.....	1 216	746	61,3	1 201	732	60,9
Recife.....	920	609	66,2	874	548	62,7
Salvador.....	1 026	696	67,8	1 040	701	67,4

FONTE: PED-DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais.

NOTA: Inflatores utilizados: ICV/DIEESE; IPCA-BH/YPEAD; IPC/IEPE; IPC-SEI; IPC-DESCON-FUNDAJ.

(1) Valores em reais de dez./00.

**Tabela 3**

**Evolução da renda familiar média, segundo o sexo do chefe do domicílio,  
nas regiões metropolitanas — 1999-00**

REGIÕES METROPOLITANAS	CHEFE HOMEM			CHEFE MULHER		
	1999 (1)	2000 (1)	Δ%	1999 (1)	2000 (1)	Δ%
São Paulo .....	1 616	1 553	-3,9	995	944	-5,1
Porto Alegre .....	1 341	1 366	1,9	804	802	-0,2
Belo Horizonte .....	1 216	1 201	-1,2	746	732	-1,9
Recife .....	920	874	-5,0	609	548	-10,0
Salvador .....	1 026	1 040	1,4	696	701	0,7

FONTE: PED-DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais.

NOTA: Inflatores utilizados: ICV/DIEESE; IPCA-BH/IPEAD; IPC/IEPE; IPC-SEI; IPC-DESCON-FUNDAJ.

(1) Valores em reais de dez./00.

**Tabela 4**

**Taxa de desemprego dos chefes de domicílio, segundo o sexo,  
nas regiões metropolitanas — 1999-00**

(%)

REGIÕES METROPOLITANAS	HOMENS			MULHERES		
	1999	2000	Δ%	1999	2000	Δ%
São Paulo.....	11,2	9,7	-13,4	13,9	12,6	-9,4
Porto Alegre.....	11,4	9,0	-21,1	15,7	14,5	-7,6
Belo Horizonte.....	9,5	9,8	3,2	12,7	12,7	0,0
Recife.....	13,4	12,0	-10,4	16,2	15,2	-6,2
Salvador.....	17,3	15,9	-8,1	19,6	19,0	-3,1

FONTE: PED-DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais.

Tabela 5

**Renda familiar *per capita*, segundo o sexo do chefe do domicílio,  
nas regiões metropolitanas — 1999-00**

REGIÕES METROPOLITANAS	1999			2000		
	Homens (A)(1)	Mulheres (B)(1)	B/A (%)	Homens (A)(1)	Mulheres (B)(1)	B/A (%)
São Paulo .....	435	352	80,8	426	343	80,7
Porto Alegre .....	379	312	82,3	390	316	81,1
Belo Horizonte .....	319	254	79,6	317	248	78,2
Recife .....	234	179	76,6	226	163	71,9
Salvador .....	267	210	78,8	276	221	79,9

FONTE: PED-DIEESE/SEADE, MTB/FAT e convênios regionais.

NOTA: Inflatores utilizados: ICV/DIEESE; IPCA-BH/IPEAD; IPC/IEPE; IPC-SEI; IPC-DESCON-FUNDAJ.

(1) Valores em reais de dez./00.